

**Faculdade de Direito
da
Universidade de Macau**

**Plano de Curso
de
Direito das Obrigações II**

**Disciplina do 3º Ano, II Semestre,
da
Licenciatura em Direito**

Ano Lectivo 2022/2023

Regente: Manuel Trigo

Assistente: Júlio Anjos

Bibliografia essencial (a indicada a seguir ou edições mais recentes):

Manuel Trigo, Lições de Direito das Obrigações, ao 3º ano do Curso de Direito, 2014, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, *Versão em Língua Portuguesa*.

Manuel Trigo, Lições de Direito das Obrigações, ao 3º ano do Curso de Direito, 2016, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, *Versão em Língua Chinesa*, Tradução de Chan Io Chao.

Bibliografia complementar (a indicada a seguir ou edições mais recentes):

Macau:

Manuel Trigo, Código Civil de Macau, Texto Comparado, 1999-1966, Coordenador, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2017.

João Paulo Rocha, Direito das Obrigações, Repertório do Direito de Macau, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, 2012.

João Gil de Oliveira e José Cândido Pinho, Código Civil Anotado e Comentado, Jurisprudência, Livro II, Volumes VI, VII, VIII, IX, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2020.

Exterior:

Antunes Varela, I, Das Obrigações em Geral, João de Matos Antunes Varela, Volume I, 10ª Edição, Revista e Actualizada, Livraria Almedina, Coimbra, 1994, ou edição posterior.

Antunes Varela, II, Das Obrigações em Geral, João de Matos Antunes Varela, Volume II, 8ª Edição, Revista e Actualizada, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, ou edição posterior.

Rui de Alarcão, Direito das Obrigações, texto elaborado pelos Drs J. Sousa Ribeiro, J. Sinde Monteiro, Almeno de Sá e J. C. Proença, com base nas Lições do Prof. Doutor Rui de Alarcão ao 3º Ano Jurídico, Coimbra, 1983, dactilografado e impresso por João Abrantes, Coimbra.

Almeida e Costa, Direito das Obrigações, Mário Júlio de Almeida Costa, 12ª Edição Reelaborada, Livraria Almedina, Coimbra, 2009, ou edição posterior.

Pires de Lima e Antunes Varela, I, Fernando Andrade Pires de Lima e João de Matos Antunes Varela, Código Civil Anotado, Volume I, 3ª Edição Revista e Actualizada, com a colaboração de Manuel Henrique Mesquita, Coimbra Editora, Limitada, 1982, Coimbra, ou edição posterior.

Pires de Lima e Antunes Varela, II, Fernando Andrade Pires de Lima e João de Matos Antunes Varela, Código Civil Anotado, Volume II, 3ª Edição Revista e Actualizada, com a colaboração de Manuel Henrique Mesquita, Coimbra Editora, Limitada, 1986, Coimbra, ou edição posterior.

Bibliografia específica será indicada ao longo das **Lições de Direito das Obrigações** e das aulas.

CAPÍTULO I MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

1. Classificação

1.1. Modalidades das obrigações quanto ao vínculo

1.1.1. Obrigações naturais e obrigações civis

1.1.1.1. Conceito e âmbito das obrigações naturais

1.1.1.2. Regime jurídico das obrigações naturais

1.1.1.3. Natureza jurídica das obrigações naturais

1.2. Modalidades das obrigações quanto ao sujeito

1.2.1. Enumeração e sequência

1.2.2. Obrigações de sujeito activo indeterminado

1.2.3. Obrigações plurais

1.2.3.1. Obrigações conjuntas

1.2.3.2. Obrigações solidárias

1.2.3.2.1. Noção e razões justificativas

1.2.3.2.2. Solidariedade passiva: fontes e efeitos

1.2.3.2.2.1. Fontes da solidariedade passiva

1.2.3.2.2.2. Efeitos nas relações externas

1.2.3.2.2.2.1. Direito do credor

1.2.3.2.2.2.2. Meios de defesa dos devedores

1.2.3.2.2.2.3. Modos de satisfação do direito do credor

1.2.3.2.2.2.4. Outros efeitos da solidariedade passiva

1.2.3.2.2.3. Efeitos nas relações internas

1.3. Modalidades quanto ao objecto

1.3.1. Obrigações divisíveis e indivisíveis

1.3.2. Obrigações genéricas e obrigações

1.3.3. Obrigações alternativas, cumulativas e com faculdade alternativa

1.3.4. Obrigações pecuniárias

1.3.4.1. Conceito

1.3.4.2. Modalidades

1.3.4.2.1. Obrigações de quantidade

1.3.4.2.2. Obrigações em moeda específica

1.3.4.2.3. Obrigações em moeda sem curso legal em Macau

1.3.5. Obrigações de juros

1.3.5.1. Regime da obrigação de juros

1.3.5.1.1. Juros legais e convencionais

1.3.5.1.2. Anatocismo e outros aspectos

1.3.6. Obrigação de indemnização: remissão

1.3.7. Obrigação de informação e de apresentação de coisas e documentos

CAPÍTULO II TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

2. Transmissão de créditos e transmissão de dívidas

2.1. Cessão de créditos

2.1.1. Noção e admissibilidade

- 2.1.2. Regime de cessão de créditos
- 2.1.3. Aplicação das regras da cessão a outras figuras
- 2.1.4. Sub-rogação
- 2.2. Transmissão singular de dívidas**
- 2.3. Cessão da posição contratual**
 - 2.3.1. Noção e regime
 - 2.3.2. Distinção de outras figuras

CAPÍTULO III GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

3. Introdução

3.1. Âmbito da garantia geral

- 3.1.2. A garantia geral como garantia comum dos credores: concurso de credores

3.2. Meios de conservação da garantia patrimonial

3.2.1. Declaração de nulidade

3.2.2. Sub-rogação do credor ao devedor

- 3.2.2.1. Carácter geral e requisitos

- 3.2.2.2. Exercício e efeitos

3.2.3. Impugnação Pauliana

- 3.2.3.1. Noção e Requisitos

- 3.2.3.2. Actos impugnáveis

- 3.2.3.3. Efeitos e caducidade

3.2.4. Arresto

- 3.2.4.1. Noção e requisitos

- 3.2.4.2. Cautelas e efeitos

CAPÍTULO IV GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

4. Generalidades sobre as garantias pessoais e reais

4.1. Fiança

- 4.1.1. Relações entre o credor e o fiador

- 4.1.2. Relações entre o devedor e o fiador

- 4.1.3. Extinção da fiança

4.2. Garantias reais

4.2.1. Consignação de rendimentos

4.2.2. Penhor

4.2.3. Hipoteca

4.2.4. Privilégios creditórios

4.2.5. Direito de retenção

4.3. A prestação de caução

- 4.3.1. Noção

- 4.3.2. Caução imposta ou autorizada por lei

- 4.3.3. Caução resultante de negócio jurídico ou de determinação do tribunal

- 4.3.4. Falta, insuficiência ou impropriedade de caução.

CAPÍTULO V CUMPRIMENTO E NÃO CUMPRIMENTO

5.1. Cumprimento

5.1.1. Generalidades de cumprimento

5.1.1.1. Noção de cumprimento

5.1.1.2. Cumprimento e princípio da boa fé

5.1.1.3. Regra da pontualidade

5.1.1.4. Requisitos do cumprimento

5.1.1.4.1. Capacidade do devedor

5.1.1.4.2. Capacidade do credor

5.1.1.4.3. Legitimidade do devedor

5.1.1.5. Nulidade e anulação do cumprimento

5.1.2. Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação

5.1.2.1. Quem pode fazer a prestação

5.1.2.2. Direitos de terceiro que efectua a prestação

5.1.2.3. A quem pode ser feita a prestação

5.1.3. Lugar da prestação

5.1.3.1. Determinação do lugar da prestação: princípio geral, lugar convencional e lugar legal

5.1.3.2. Regime supletivo: princípio geral

5.1.3.3. Impossibilidade da prestação no lugar fixado

5.1.4. Prazo da prestação

5.1.4.1. Classificação das obrigações quanto ao tempo do cumprimento

5.1.4.2. Modalidades de prazos para cumprimento

5.1.4.3. Critérios especiais da fixação indirecta do prazo

5.1.4.4. Perda do benefício do prazo

5.1.5. Imputação do cumprimento

5.1.5.1. Imputação pelo devedor

5.1.5.2. Regras supletivas

5.1.6. Prova do cumprimento

5.1.6.1. Direito a quitação ou recibo

5.1.6.2. Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento

5.2. Não cumprimento

5.2.1. Noção e modalidades de não cumprimento

5.2.2. O não cumprimento não imputável ao devedor: impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor

5.2.2.1 Impossibilidade do cumprimento não imputável ao devedor

5.2.2.1.1. Impossibilidade objectiva e impossibilidade subjectiva

5.2.2.1.2. Impossibilidade da prestação, a frustração do fim da prestação e a realização do fim da prestação por outra via.

5.2.2.1.3. Efeitos da impossibilidade não imputável ao devedor

5.2.2.2. Impossibilidade temporária ou mora não imputável ao devedor

5.2.3. O não cumprimento imputável ao devedor: falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor

5.2.3.1. Falta de cumprimento

5.2.3.1.1. Efeitos da falta de cumprimento

5.2.3.1.1.1. Obrigação de indenizar

5.2.3.1.1.2. Direito de resolução do contrato. Indemnização do interesse contratual negativo ou de confiança

5.2.3.1.1.3. *Commodum subrogationis* ou de representação

5.2.3.1.2. Impossibilidade parcial

5.2.3.2. Mora do devedor

5.2.3.2.1. Noção

5.2.3.2.2. Requisitos

5.2.3.2.2.1. Momento da constituição em mora

5.2.3.2.2.2. Efeitos da mora

5.3. Cumprimento defeituoso

5.3.1. Noção

5.3.2. Regime

5.4. Fixação contratual dos direitos do credor

5.4.1. Nulidade e admissibilidade das cláusulas de limitação e de exclusão da responsabilidade civil

5.4.2. Predeterminação ou reforço das sanções contra o não cumprimento: o sinal e a cláusula penal

5.4.3. Noção e modalidades de cláusula penal

5.4.4. Regime da cláusula penal ou pena convencional

5.4.5. Meios compulsórios ao cumprimento: a sanção pecuniária compulsória

5.5. Mora do credor

5.5.1. Noção e requisitos

5.5.2. Efeitos

5.6. Realização coactiva da prestação

5.6.1. Acção de cumprimento, execução específica e execução por equivalente

5.6.2. A penhora e a venda judicial ao serviço da execução por equivalente

5.7. Cessão de Bens aos credores

5.7.1. Noção

5.7.2. Regime

CAPÍTULO VI CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALÉM DO CUMPRIMENTO

6. Sequência

6.1. Dação em cumprimento

6.2. Consignação em depósito

6.3. Compensação

6.4. Novação

6.5. Remissão

6.7. Confusão

CAPÍTULO VII REFERÊNCIA AOS CONTRATOS EM ESPECIAL

7. Sequência

7.1. Tipicidade e atipicidade. Distinção entre contratos típicos e atípicos

7.2. Contratos mistos

7.2.1. Noção, modalidades e regime

7.2.2. Contratos coligados

7.3. Enumeração e caracterização sucinta dos contratos típicos regulados no Código Civil

7.3.1. Enumeração dos contratos típicos regulados no Código Civil

7.3.2. Caracterização dos contratos regulados no Código Civil

7.3.2.1. O contrato de compra e venda

7.3.2.2. O contrato de doação

7.3.2.3. O contrato de locação

7.3.2.3.1. O contrato de aluguer

7.3.2.3.2. O contrato de arrendamento

7.3.2.4. O contrato de comodato

7.3.2.5.1. O contrato de mútuo

7.3.2.5.2. Contrato de mútuo com promessas

7.3.2.6. O contrato de trabalho

7.3.2.7. O contrato de prestação de serviço

7.3.2.8. Os contratos de renda perpétua e de renda vitalícia

7.3.2.9. O contrato de transacção

7.4. Jogo e aposta

7.4.1. Introdução

7.4.2. Os contratos de jogo e aposta na vigência do Código Civil de 1966 em Macau

7.4.2. Os contratos de jogo e aposta na vigência do Código Civil de Macau de 1999

7.4.2.1. Nulidade, validade e eficácia

7.4.4.2. Regime geral e regime especial do jogo e aposta

7.4.4.3. Breve referência ao regime especial do jogo

Fim do Plano de Curso

Horário de atendimento

Terça-feira, 17:00-18:00

Quinta-feira, 17:00-18:00

Serviços de Apoio aos Estudantes com Deficiência

O Gabinete de Assuntos dos Estudantes oferece serviços de apoio aos estudantes portadores de deficiência permanente ou temporária, física ou mental, a fim de lhes garantir oportunidades iguais nos estudos, na vida universitária e no acesso aos serviços fornecidos pela Universidade.

Caso tenha deficiência física, visual, auditiva, da fala, de aprendizagem ou psicológica, que condiciona, substancialmente, os seus estudos ou actividades da vida quotidiana, por favor contacte, directamente ou através do seu professor, o Gabinete de Assuntos dos Estudantes. Assim, avaliaremos as suas necessidades e comunicaremos com o seu professor, com o objectivo de lhe fornecer um apoio adequado.

Para mais informações sobre estes serviços, é favor contactar-nos através de:

E-mail: sao.disability@edu.um.mo

Tel: 8822 4901

Página electrónica: https://www.um.edu.mo/sao/scs/sds/aboutus/cn/scs_mission.php

